



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

CÂMARA MUNICIPAL  
DE AGUDO

07 MAR. 2003

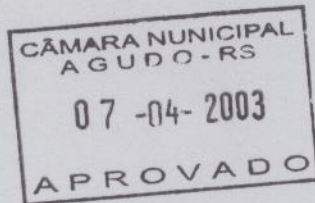
PROTOCOLO  
Nº..... 108.22/A

**PROJETO DE LEI**

P.L. 11/2003-E

Recebido em 07MAR2003

Câmara Municipal de Agudo



**ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.298//2000-  
QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL DE AGUDO -  
COMDERA.**

**LAURO REINOLDO REETZ, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO,  
FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a  
seguinte Lei:

Art. 1º - O Parágrafo único do Art. 5º da Lei Municipal n.º 1.298/2000, passa a ser o  
§1.º, com a seguinte redação:

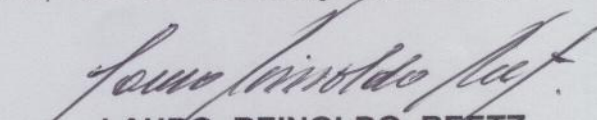
“§ 1º - A função do Conselheiro do COMDERA é considerada de interesse  
público relevante e será exercida gratuitamente.”

Art.2º - Fica acrescido ao Art. 5º da Lei Municipal n.º 1.298/2000 o § 2º, que  
vigora com a seguinte redação:

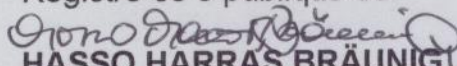
“ § 2º- O Conselheiro do COMDERA que resida no interior do Município e  
necessite deslocar-se à Sede quando convocado para reuniões do  
Conselho, fará jus a ajuda de custos correspondente ao valor de até  
02(duas) passagens mensais, ida-e-volta da localidade onde reside,  
até a Sede do Município.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 07 de março de 2003; 145º da  
Colonização e 44º da Emancipação.

  
**LAURO REINOLDO REETZ**  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

  
**HASSO HARRAS BRÄUNIG**  
Sec. Mun. da Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

## **MENSAGEM**

**Senhor Presidente e Senhores Vereadores:**

Ao cumprimentarmos Vossas Excelências, encaminhamos para apreciação desse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei que ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1298/2000 - QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - COMDERA.

O Projeto em questão visa atender reivindicação dos Conselheiros, que ao deslocarem-se de suas residências no interior do Município para as reuniões, muitas vezes tem que permanecer na Sede, arcando com todas as despesas, especialmente de transporte.

Com a aprovação do presente Projeto de Lei os Conselheiros do COMDERA terão suas despesas com deslocamento ressarcidas, nada mais justo para função considerada de relevante interesse público e exercida gratuitamente.

Diante as considerações acima expostas, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação do Projeto de Lei em pauta e seus trâmites, em regime de urgência.



**LAURO REINOLDO REETZ**  
Prefeito Municipal